



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2011

Março de 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual conforme obrigação constante nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2011, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Porto Alegre, RS, 31 de março 2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral
Maria Alice Nascimento Souza

9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
José Altair Gomes Benites

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Antonio Marcos Martins Barbosa

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Fernando Luiz Lehn da Costa

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Adriana Camera

Chefe da Seção de Corregedoria Regional
Eduardo Amaral Bertão

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

RG – Relatório de Gestão

IN – Instruo Normativa

DN – Decisão Normativa n 108/2010-TCU

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

9SRPRF - 9 Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

LISTA DE QUADROS
(conforme Portaria nº123/2011-TCU-DN nº108/2010-TCU)

- Quadro A.1.1** **Identificação da Unidade Jurisdicionada**
- Quadro A2.2** **Execução Física das ações realizadas pela UJ**
- Quadro A2.7** **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**
- Quadro A 2.11** **Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por**
Movimentação
- Quadro A2.12** **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos**
Créditos Recebidos por Movimentação
- Quadro A2.13** **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos**
Créditos Recebidos por Movimentação
- Quadro A4.1** **Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**
- Quadro A5.1** **Força de Trabalho da UJ / Situação Apurada em 31/12**
- Quadro A5.2** **Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ / Situação Apurada**
em 31/12
- Quadro A5.3** **Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas**
da UJ / Situação em 31/12

Quadro A5.4 em 31/12	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária / Situação Apurada
Quadro A5.5 em 31/12	Quantidade de Servidores da UJ por Escolaridade / Situação Apurada
Quadro A5.6 31/12	Composição do quadro de servidores inativos / Situação apurada em
Quadro A5.7 em 31/12	Composição do Quadro de Instituidores de pensão / Situação apurada
Quadro A5.8	Composição do quadro de estagiários / Situação apurada em 31/12
Quadro A5.9	Quadro de Custos de Pessoal / 2009, 2010 e 2011
Quadro A5.9.1 Cargos da UJ	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de
Quadro A5.12 Vigilância Ostensiva	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e
Quadro A5.13	Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra
Quadro A7.1 SICONV	Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e
Quadro A8.1	Demonstrativo do Cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da Obrigação de Entregar DBR
Quadro A9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A11.1 Propriedade da União	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de
Quadro A11.2 de Terceiros	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados
Quadro A11.3 Responsabilidade da UJ	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob
Quadro A 13.1 Portador	Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por
Quadro A13.2	Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
Quadro A15.1	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro A15.2 Atendimento	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de
Quadro A15.3	Relatório de Cumprimento das Recomendações o OCI
Quadro A15.4 de atendimento no Exercício	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes
Quadro B11	Declaração Contábil

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

ANEXO II Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

ANEXO III Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

ANEXO IV Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

ANEXO V Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

ANEXO VI Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

ANEXO VII Quadro de Custos de Pessoal

ANEXO VIII Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra

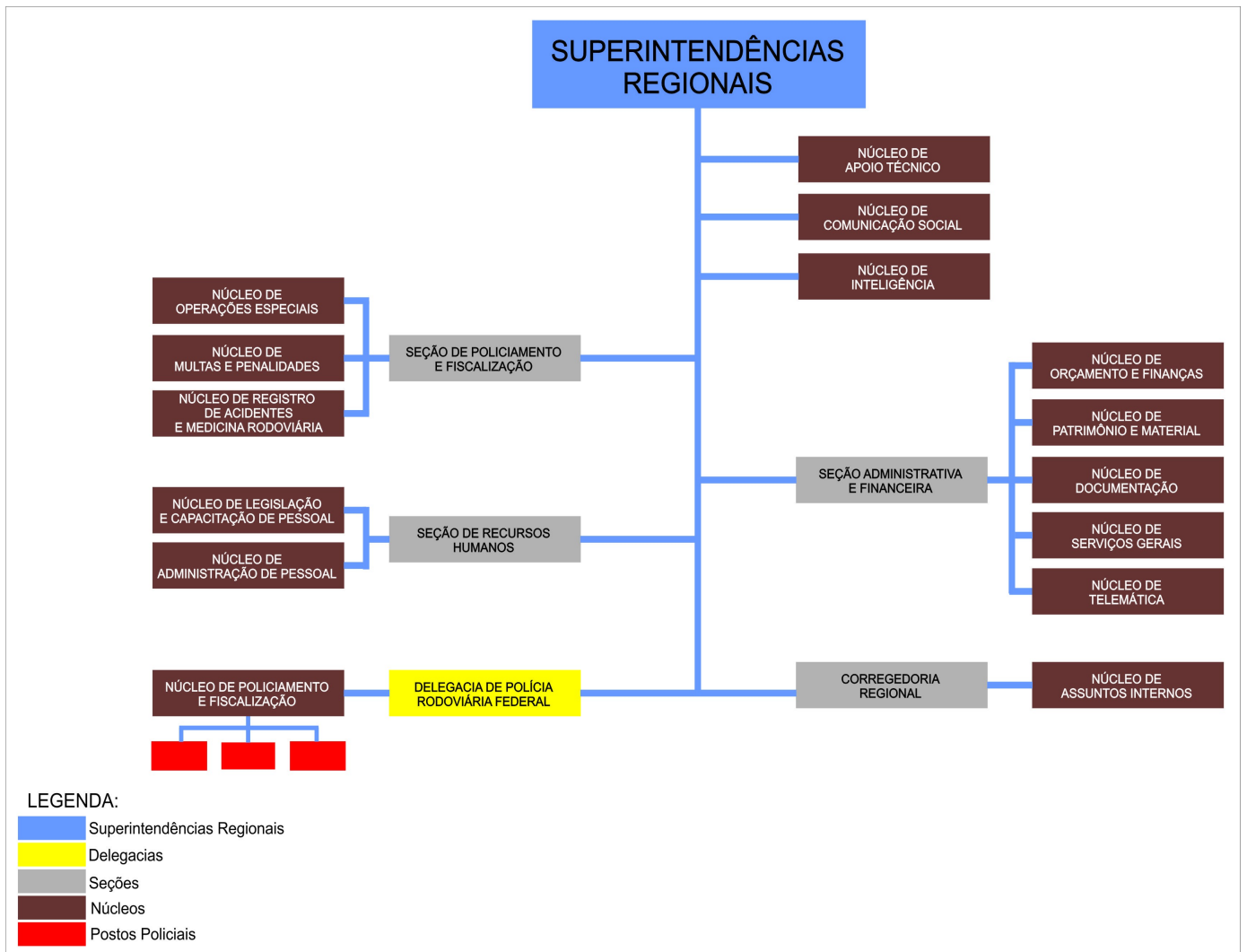
ANEXO IX Estrutura de Controles Internos da UJ

ANEXO X Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XI Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

ANEXO XII Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e a Portaria TCU nº 123/2011. Tais normativos estabelecem informações de cunho orçamentário e financeiro, necessários à avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas nas Unidades Jurisdicionadas

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é uma unidade descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não possuindo, portanto, orçamento próprio, vindo a compartilhar os recursos destinados ao orçamento do DPRF, de acordo com critérios estabelecidos por aquela unidade central.

Serão abordadas as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados à 9ª SRPRF nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, 0073 - Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, 1127 - Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais e 1463 - Qualidade dos Serviços de Transporte.

Além disso, serão exibidas as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual perante os recursos consignados e consequentemente aplicados.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento da Unidade. O documento está estruturado em duas Partes – A e B, sendo a primeira relativa ao Conteúdo Geral, composta por 16 itens e a segunda, por um item relativo à Gestão Contábil.

Os conteúdos referentes à “Programação de despesas correntes”, “Programação de despesas de capital”, “Quadro resumo de programação de despesas”, “Renúncia tributária sob a gestão da UJ”, não se aplicam à realidade da UJ, devido ao fato de esta Unidade não tendo em vista a Unidade não ser de natureza orçamentária. Da mesma forma, não consta no Relatório, o item “Tratamento de recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno pertencente a estrutura do órgão”, uma vez que não há estrutura estabelecida de Controle Interno na UJ.

Por fim, com o presente documento, a 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

JOSE ALTAIR GOMES BENITES
Superintendente Regional

A - CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro A 1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 9ªSRPRF/RS			
Código SIORG: 2834	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200119
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3375 9700	(51) 3375 9701	(51) 3375 9797
E-mail: sup.rs@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Av. A. J. Renner, 2701 – Bairro Humaitá – Porto Alegre/RS – CEP 90.250-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Decreto nº 6.061/2007. Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 publicado no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2007. Outras normas infralegais:			
Unidades Gestoras relacionadas a Unidade Jurisdicionada:			
Código SIAFI	Nome		
200119	9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
200119	00001		

Fonte: DPRF / Seção Administrativa e Financeira / SIAFI

2. Gestão Orçamentária

2.1 Responsabilidades Institucionais

2.1.1 Competências

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é classificada com uma unidade administrativa regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, tendo um quantitativo de 14 sub-unidades regionais administrativas denominadas “Delegacias” e, 43 unidades operacionais que realizam a fiscalização ostensiva distribuídos em pontos estratégicos do Estado.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades de acordo com os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à Regional de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a UJ vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição.

2.1.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos pela UJ para o ano de 2011 foram:

- redução do número de acidentes nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- redução da mortalidade nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- reforço nas ações de combate a criminalidade nas rodovias federais;
- Gestão das imagens do sistema de Videomonitoramento da BR 116 (trecho metropolitano) para aprimoramento dos serviços policiais de patrulhamento rodoviário no referido trecho;
- melhoria na estrutura das unidades operacionais baseada na melhoria do sistema de comunicação, estrutura física e renovação da frota de veículos (viaturas).
- Reforma e/ou construção das Unidades Operacionais;
- Gestão da utilização das Unidades Operacionais buscando, assim, a otimização dos recursos materiais e humanos;

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

No decorrer do exercício 2011, a Unidade Jurisdicionada estabeleceu diretrizes e implementou ações de policiamento, fiscalização e integração com outros órgãos e com a comunidade, no sentido de promover a redução da acidentalidade e mortalidade, bem como prevenir e reprimir de forma qualificada e inteligente todas as manifestações de violência e crimes no âmbito das rodovias federais do Estado do RS. Para tanto, foi priorizado o melhor direcionamento do efetivo existente com os recursos materiais disponíveis, a integração com outros órgãos, a participação comunitária, além das ações preventivas e repressivas previamente planejadas.

Análogo ao ocorrido no exercício 2010, foram obtidos recursos diretamente com o Ministério da Justiça para o prosseguimento das ações de combate ao crime de abigeato e aos demais crimes do campo, praticados nas áreas de fronteira internacional.

Com a implantação do sistema de Videomonitoramento no trecho duplicado da BR 116, a Unidade Jurisdicionada implementou novos protocolos e paradigmas de policiamento e fiscalização com o uso de tecnologia, fato que resultou em drástica redução de ocorrências fatais no exercício de 2011, comparado com os exercícios anteriores, mesmo com o aumento significativo da frota e fluxo de veículos.

Ainda na parte estrutural, com o objetivo de otimizar os recursos físicos e humanos, alguns postos de fiscalização foram transformados em pontos de apoio, de maneira a propiciar uma maior concentração do efetivo, buscando com isso, maior presença nas rodovias e efetividade no policiamento ostensivo.

2.2.2 Análise do plano de ação da Unidade

As principais estratégias da PRF no ano de 2011 foram:

- Implementação da Inspeção de Gestão Operacional – IGO;
- Maior utilização do SIGER (Sistema de Informações Gerenciais) pelos gestores das Delegacias, direcionando maior presença ostensiva para os locais e horários de maior acidentalidade e mortalidade, bem como focando nos seus fatores contribuintes;
- Emprego mais eficaz dos radares fotográficos disponíveis, priorizando os trechos com maior acidentalidade e mortalidade, conforme constatado no SIGER;
- Ações de combate ao crime focadas e planejadas, subsidiadas por ações de inteligência;
- Aumento da presença na região de fronteira (Operação Sentinela);

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1. Execução física das ações realizadas

Este item apresenta as ações executadas pela Unidade. Salienta-se que também serão mencionadas as ações sob a responsabilidade de outros órgãos e entidades, mas que tiveram valores executados por esta UJ:

8787 – Secretaria de Direitos Humanos

20CI – Ministério da Justiça

12OM - Fundo Nacional de Segurança Pública

4017 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

2346 - Agência Nacional de Transporte Terrestres

O Quadro A2.2, referente à execução física das ações executadas pela UJ encontra-se no Anexo I deste relatório.

2.3.1.1 Análise crítica

Programa 0073 - Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Ação 8787 – Ações integradas de enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes

Para esta ação foram gastos R\$ 25.590,10 em diárias e R\$ 3.231,06 em passagens, empregados em atividades de inteligência relacionadas com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Programa 0181 - Brasil no esporte de alto rendimento - Brasil campeão

Ação 20CI - Segurança para os V jogos mundiais militares

Para as operações relacionadas aos jogos mundiais militares foram pagos R\$ 63.858,28 em diárias, R\$ 11.939,00 em equipamentos para motociclismo e R\$ 948,89 em passagens.

Programa 0663 - Segurança pública nas rodovias federais

Ação 2524 – Capacitação dos servidores do DPRF

Nesta ação foram gastos R\$ 186.925,17 em diárias e R\$ 54.496,69 no deslocamento de instrutores e demais servidores para atividades de capacitação.

Além disso, realizou-se treinamento de servidores, sendo contratados os serviços do SENAC (Relações Interpessoais e Administração do Tempo) no valor de R\$ 4.300,00 e a ESAF (Cursos de GFIP - SEFIP, Gestão e Fiscalização de Contratos, Formação de Pregoeiros, Elaboração de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos) no valor de R\$ 4.010,00, capacitando-se um total de 37 servidores.

Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Foi realizada na presente ação a manutenção dos radares fotográficos, com um custo de R\$ 600,00. Além da manutenção dos aparelhos foi substituída uma placa danificada no valor de R\$ 2.600,00.

Salienta-se que os radares representam uma importante ferramenta para a fiscalização e controle de velocidade, contribuindo de maneira significativa para a redução dos acidentes e minimização da gravidade destes. Em cumprimento a dispositivo legal, também foi realizada a aferição dos radares com o custo total de R\$ 16.560,00.

Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

A execução da ação foi de R\$ 4.115.687,72. O gasto com abastecimento da frota foi o mais expressivo, totalizando R\$ 1.756.301,11. Segue tabela exemplificativa dos principais itens:

Tabela 1– Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas **valores em R\$1,00**

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
Abastecimento da Frota	1.699.063,11
Abastecimento – Taxa Administrativa	57.238,00
Manutenção de veículos – Peças	1.280.293,20

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI

Cabe destacar as despesas realizadas para a aferição e manutenção dos 163 etilômetros que estão patrimonizados nesta regional, sendo que é diretriz operacional desta Superintendência a realização de fiscalizações de alcoolemia por meio do uso destes equipamentos de forma rotineira nos condutores envolvidos em acidentes com lesões, assim como em todos condutores suspeitos de estarem embriagados, bem como em pontos próximos de locais e eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, buscando assim inibir o consumo de bebida alcoólica e posterior condução de veículo auto-motor nas vias de tráfego.

O valor gasto com diárias e passagens foi utilizado para atender às demandas operacionais de convocações, comandos de fiscalização, operações de combate a criminalidade e outras demandas de cunho operacional, visando dar suporte a diversas atividades operacionais realizadas nas Delegacias desta Regional e pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em outras Unidades da Federação.

Tabela – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas **valores em R\$1,00**

DESCRIÇÃO	VALOR
Diárias	789.777,88
Passagens Aéreas	27.329,75
Material para manutenção de veículos	990.791,94
Manutenção de veículos	289.501,26

DESCRIÇÃO	VALOR
Total	2.097.400,83

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI

Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Em 2011, foram realizados preventivamente Comandos de Saúde Rodovias – CSR em parceria com o SEST/SENAT, dentro do cronograma nacional da Divisão de Saúde e Assistência Social, em cumprimento à Instrução Normativa Nº 03/2005 do DPRF, conforme quadro a seguir.

Salienta-se que o número de motoristas examinados em 2011 representou um aumento de 114,29% em relação aos resultados de 2010.

Tabela 2 – Atividade de saúde nas rodovias federais

valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Diárias	10.670,60
Material Laboratorial	9.698,88
Material Hospitalar	3.345,50
Total	23.714,98

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

Ação 2816 – Serviço de inteligência da polícia rodoviária federal

O valor total gasto, no ano de 2011, nos diversos projetos e atividades de inteligência, foram de R\$ 136.627,93 com diárias e R\$ 19.003,17 com passagens aéreas.

Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Os resultados da Comissão Regional de Educação para o trânsito, em 2011, foram bem satisfatórios. Enquanto no ano de 2010, as ações de Educação para o trânsito atingiram 6.209 pessoas. Em 2011, as ações de Educação para o Trânsito atingiram 81.770 pessoas, significando um aumento de 1.216,96%. Segue abaixo a descrição dos valores pagos:

Tabela 3 – Educação para o Trânsito

valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
Diárias no país	18.022,12
Material educativo e esportivo	6.706,00
Total	24.728,12

Fonte: Comissão Regional de Educação para o Trânsito – CRET

Programa 0750 – Apoio administrativo

Ação 2000 – Administração da unidade

Dentro da Ação 2000 foram investidos R\$ 5.221.647,14, essencialmente no suporte à consecução das atividades operacionais precípuas da Polícia Rodoviária Federal.

Os valores foram direcionados à quatro frentes principais: 1) a administração e manutenção dos bens móveis e imóveis, incluindo-se o fornecimento de energia elétrica e água, contribuição sobre iluminação pública, serviços e materiais para manutenção e conservação, terceirização de mão-de-obra de limpeza e conservação, e vigilância, entre outros; 2) a própria atividade-meio, incluindo todo material de expediente utilizado, publicações obrigatórias no Diário Oficial da União e em outros jornais, diárias e passagens aéreas para deslocamento de servidores; 3) administração de viaturas, com o pagamento de seguro obrigatório (inclusive de viaturas operacionais), confecção de placas, materiais para equipamento de limpeza das viaturas, e o pagamento de uma multa por infração de trânsito para a viabilização da renovação do licenciamento anual de uma viatura, cujo ressarcimento pelo responsável está sendo buscado.

Entre os investimentos citados destacam-se os valores das diárias e passagens aéreas em virtude das inúmeras atividades decorrentes das competências legais atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, aliadas à desconcentração das unidades operacionais (tanto em nível estadual quanto nacional), e ao exíguo número de servidores em atividade. Daí decorre a necessidade constante de realocação temporária de servidores para a execução de atividades em locais diversos dos que estão lotados, para integrarem forças-tarefa (para fins específicos) ou atuarem isoladamente em apoio às atividades administrativas ordinárias.

A tabela abaixo exemplifica os valores empregados:

Tabela 4 – Administração da Unidade

DESCRIÇÃO	Valores em R\$
Aquisição de materiais	99.394,84
Mobiliário em geral	74.195,64
Diárias no país	266.877,22
Passagens para o país	65.069,41
Terceirização – Apoio administrativo	1.390.260,13
Terceirização – Limpeza e conservação	926.054,39
Terceirização - Vigilância	621.829,54
Serviços de energia elétrica	634.489,51

Total	4.078.170,68
-------	--------------

Fonte: Seção Administrativa e Financeira / SIAFI

Programa 1386 - Desenvolvimento institucional da Polícia Rodoviária Federal

Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Foi realizada a manutenção dos equipamentos de radiocomunicação da Regional (rádios fixos móveis e portáteis), bem como a manutenção de torres de comunicação e impressoras, totalizando o valor de R\$ 31.879,42.

Além disso, foram empregados R\$ 74.408,02 em serviços de telefonia móvel, R\$ 44.710,88 em conectividade dos dispositivos móveis (EDA - Talão de multas Eletrônico) e R\$ 198.926,91 em serviços de telefonia fixa.

Por fim, visando à aquisição de rádios transeptores, rádios portáteis, duplexadoras UHF/VHF e materiais de consumo de telecomunicações foi destinado o valor de R\$ 48.452,10.

Programa 1449 - Estatísticas e avaliações educacionais

Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências

Nesta Ação foram pagos R\$ 3.603,36 para atender despesas com diárias operacionais referente a escolta de provas de concurso.

Programa 1463 - Qualidade dos serviços de transporte

Ação 2346 – Fiscalização de serviços de transporte

Foram empregados R\$ 19.741,90 para o custeio de diárias visando intensificar a fiscalização dos veículos de transporte rodoviário de passageiros - interestadual e internacional – e dos veículos de transporte de cargas, com base na legislação da ANTT - RNTRC, Vale-Pedágio, Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, Transporte Internacional de Cargas, transporte Internacional de Produtos Perigosos, assim como, disseminar o conhecimento acerca da fiscalização para o efetivo das Delegacias que participaram dos Comandos.

No ano de 2011 houve a necessidade, por parte do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de alteração da forma de mensuração dos procedimentos de fiscalização e de readequação de nova sistemática aos preceitos estabelecidos pela formulação do planejamento estratégico da Instituição. Também foi necessário o alinhamento dos resultados institucionais estabelecidos com os novos objetivos estratégicos definidos no mapa estratégico do Ministério da Justiça, bem como a formatação desses objetivos ao novo modelo de Plano Plurianual 2012-2015 do DPRF.

Em vista disso, foi editada em 03 de Maio de 2011 a Portaria nº 26 da Direção Geral do DPRF revogando a Portaria nº 30 de 03 de junho de 2009, que estabelecia Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. A mesma Portaria nº 26, também designou grupo de trabalho com fins de desenvolver nova metodologia para coleta de dados dos procedimentos de fiscalização.

No entanto, considerando os Indicadores de Desempenho previstos para o Programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011) e considerando a necessidade de desdobrar estes indicadores de desempenho e metas para as regionais, em 17 de maio de 2011 o DPRF, através de sua Direção Geral, editou a Portaria nº 28, que estabeleceu novamente os Indicadores de Desempenho para as suas Unidades Regionais, sejam eles:

I – Percepção de Segurança – O indicador deverá ser aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

II – Taxa de Variação de Acidentes - O indicador deverá ser aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional, relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

III – Taxa de Mortalidade – O indicador deverá ser aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

A respectiva Portaria nº 28, também estabeleceu as Metas para as Unidades Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para o exercício de 2011, sendo que, para a Unidade Jurisdicionada, foram estabelecidas as seguintes metas:

Taxa de Variação de Acidentes	Taxa de Mortalidade	Sensação de Segurança
Acidentes/1.000.000 de veículos	Mortos/1.000.000 de veículos	Meta
202,19	7,91	80,00%

Dando continuidade ao estabelecimento dos Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, e considerando a necessidade de relacionar o sucesso para o atingimento das metas previstas na Portaria nº 28, de 17 de maio de

2011, a Direção Geral da Instituição editou, em 14 de junho de 2011, a Portaria nº 45 com o objetivo de estabelecer o indicador de desempenho “Procedimentos de Fiscalização” para as Unidades Regionais do DPRF.

Considera-se Procedimento de Fiscalização, para efeito deste indicador, como o ato registrado das atividades específicas e mensuráveis, resultantes do serviço operacional quando da interação com o usuário-cidadão, por meio ou não de abordagens.

O indicador supra citado, visa medir o esforço realizado para o atingimento das metas estabelecidas nos indicadores de Percepção de Segurança, Taxa de Variação de Acidentes e Taxa de Mortalidade, que norteiam a efetividade das ações da PRF.

Meta para o indicador Procedimentos de Fiscalização para a 9ª SRPRF/RS

Ano	2008	2009	2010	2011
Qtde Procedimentos	630531	698013	719165	740316

Referente ao indicador Taxa de Mortalidade, que teve definido como meta de redução, no exercício de 2011, a quantidade de 7,91 mortos por 1.000.000 de veículos, foi possível o alcance da mesma em 117,38%, pois nas rodovias federais da Unidade Jurisdicionada, neste período, morreram 6,47 pessoas por 1.000.000 de veículos, da frota nacional.

O trabalho da UJ, aliado a integração com outros órgãos e participação da sociedade organizada, certamente contribuiu para esses resultados positivos, pois as ações, além de integradas, foram direcionadas aos locais e horários críticos da rodovia com maior acidentalidade, intensificando sobremaneira a fiscalização sobre os fatores que contribuem para a incidência das mortes e acidentes no trânsito: Álcool e direção, excesso de velocidade, falta do uso do cinto de segurança e ultrapassagens em locais proibidos.

Em contrapartida, referente ao indicador Taxa de Acidentalidade, que teve definido como meta de redução, no exercício 2011, a quantidade de 202,19 acidentes por 1.000.000 de veículos, o mesmo teve o alcance de 91,34% da meta definida, pois nas rodovias federais da UJ, neste período, ocorreram 221,17 acidentes por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

Apesar de não ter sido possível atingir 100% da meta prevista para o exercício, para o indicador acima, houve redução de 6,61% na taxa de acidentalidade em relação ao exercício anterior.

Em relação ao indicador Sensação de Segurança, que prevê a realização de pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, a mesma não foi realizada no exercício 2011 por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal.

Para os indicadores Procedimentos de Fiscalização, foi possível atingir a meta em 112,07%, pois o referido cálculo levou em consideração a soma total de veículos e pessoas fiscalizadas, bem como os testes de etilômetro realizados nos condutores dos veículos fiscalizados, o que somou um total de 829.667 “procedimentos”.

Como relatado na Avaliação do Programa (ano base 2009) a defasagem da força de trabalho (efetivo) e dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes.

No entanto, através do Planejamento Operacional 2011, a Polícia Rodoviária Federal trabalhou para potencializar a presença policial, priorizando a integração com outras Instituições, no intuito de aumentar a segurança nas rodovias federais, estaduais e municipais.

Destaca-se também, a conscientização da sociedade, que tem colaborado na prevenção de acidentes. Essa união de fatores contribuiu para a UJ obter outros resultados positivos na prevenção da violência no trânsito.

Comparando o ano de 2011 com o ano de 2010, nos mais de 6000 Km de rodovias federais do Estado, e levando em consideração o aumento da frota, além da redução de 6,61% na taxa de acidentalidade, houve redução de 13,19% na taxa de feridos e redução de 16,86% na taxa de mortalidade.

2.4 Desempenho orçamentário e financeiro

Conforme Quadros A2.7, A2.11, A2.12 e A2.13, Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica a UJ.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores
em R\$

1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	R\$ 172.303,89	R\$ 0,00	R\$ 172.303,89	R\$ 0,00
2009	R\$ 13.226,50	R\$ 0,00	R\$ 13.226,50	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	R\$ 2.021.180,45	R\$ 142.102,66	R\$ 1.826.115,57	R\$ 52.962,22
2009	R\$ 6.184.961,35	R\$ 5.819.325,26	R\$ 365.636,09	R\$ 0,00
2008	R\$ 12.093,93	R\$ 12.093,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações: Decretos Presidenciais nº. 7.094/2010, 7.144/2010 e 7.654/2011.				

Fonte: SIAFI

5. Informações sobre recursos humanos da Unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	709	6	31
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	709	6	31
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		708	6	31
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	-	709	6	31

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados		1		
2. Funções gratificadas	46	45	18	17
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	46	45	18	17
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	47	46	18	17

Fonte: SIAPE e Assentamento Funcional

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	24	251	308	69	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	24	251	308	69	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	-	24	17	4	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1
2.3. Funções gratificadas		24	17	4	
3. Totais (1+2)	24	275	325	73	12

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	7	381	275	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				7	381	275			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	18	28	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1				
2.3. Funções gratificadas					17	28			
3. Totais (1+2)	-	-	-	7	399	303	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Assentamento Funcional

5.2 Composição do quadro de inativos e pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	460	16
1.1 Voluntária	417	12
1.2 Compulsória	4	3
1.3 Invalidez Permanente	39	1
1.4 Outras		
2. Proporcional	31	1
2.1 Voluntária	13	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	18	1
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	491	17

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	170	7
1.1. Integral	170	7
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	170	7

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários / Situação apurada em 31/12 – Não há.

Quadro A.5.9.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicional

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Auxiliar de Escritório (Contrato 01/08)	0	15	15	0	0
Auxiliar Administrativo (Contrato 09/10)	40	41	0	0	1
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Acórdão TCU 1520 2006 - Os contratos visam garantir a continuidade dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal, e destinam-se à realização de atividades materiais administrativas, instrumentais ou complementares de assuntos que constituem a área de competência legal da 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, necessárias ao bom funcionamento do Órgão.</p> <p>Embora tenham sido relacionados os contratos que podem ser classificados como “apoio administrativo”, de serviços <u>auxiliares</u> cujas não inerentes às atribuições dos cargos do quadro de servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.</p> <p>A necessidade de execução dos serviços contratados foi diagnosticada durante a elaboração de Plano de Cargos e Salários específico que buscou construir o cenário atual das atividades rotineiras da 9ª SRPRF/RS, extraído desta análise, sendo classificadas como meramente instrumentais e de apoio. Dessa forma, as atividades rotineiras e meramente instrumentais, Sede das Delegacias, passaram a ser desenvolvidas por funcionários terceirizados, proporcionando inclusive o aproveitamento da força de trabalho policial e o seu emprego para o alcance dos objetivos institucionais do exercício da atividade finalística do Órgão e atrelados aos indicadores oficiais de desempenho.</p> <p>Salienta-se que embora o cargo de Agente Administrativo da Polícia Rodoviária Federal esteja previsto no Plano de Cargos e Salários 11.784/2008 (Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), ainda não houve o edital e lançamento de concurso público para provimento de vagas desse cargo. De qualquer forma, mesmo com o provimento desse cargo de Agente Administrativo, haverá a necessidade da contratação das atividades relacionadas na coluna acima, tendo em vista tratarem-se, como já exposto, de atividade complementares e de apoio às atividades administrativas, não conflitantes com o cargo de Agente Administrativo existente.</p> <p>Cabe ainda informar que os serviços de vigilância e de limpeza e conservação não foram relacionados no quadro de natureza.</p>					

Fonte: SAF

5.4 Custos associados à manutenção de recursos humanos

Conforme anexo VII.

5.5 Locação de Mão-de-Obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Nome: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do RS / DPRF/MJ													
UG/Gestão: 200119							CNPJ: 00.394.494/0114-13						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	26/2008	06.339.572/001-86	11/11/2008	Vigente	63	59	-	-	-	-	P
2007	V	O	05/2007	03.144.992/001-19	28/07/07	Vigente	22	22	-	-	-	-	P

Observação:
 Conforme o previsto no § 1º, Art. 1º. do Decreto 2.271/97 (transcrito abaixo), os serviços de limpeza e vigilância deverão ser executados, preferencialmente, por execução indireta, não estando abrangidos nas determinações contidas no Acórdão 1520/2006/TCU.
 Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
 § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

Obs. O quadro A5.13 consta no anexo VIII.

6. Informação sobre as transferências mediante convênios e instrumentos congêneres

Não há conteúdo no exercício de 2011 a ser declarado.

Quadro A7.1

DECLARAÇÃO

Eu, FERNANDO LUIZ LEHN DA COSTA, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº597.770.036-00, policial rodoviário federal, exercido na 9ªSuperintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 31 de março de 2012.

FERNANDO LUIZ LEHN DA COSTA
CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
9ªSUPERINTENDÊNCIA PRF/RS

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº8.730/93-DBR

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entrega da DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18	17	46
	Entregaram a DBR	18	17	46
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Planilha de Controle da Seção de Recursos Humanos

9. Informações sobre o funcionamento de controle interno da UJ

Conforme Anexo IX do presente Relatório.

10. Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

Conforme Anexo X do presente Relatório

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário

11.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Conforme Anexo XI do presente Relatório.

11.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Quadro A11.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	1	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

11.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Conforme Anexo XII, deste Relatório.

12. Informações sobre a gestão de TI da UJ

Não se aplica à UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartão corporativo

Quadro A13.1 – Despesa com cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200119	Limite de Utilização da UG	10800		Total
			Portador	CPF	
			Saque	Fatura	
Everton Luis Canterle	76213463020	1200	0	561,90	561,90
Total utilizado pela UG			0	561,90	561,90
Total utilizado pela UJ			0	561,90	561,90

Quadro A13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	0	0	0	0	0
2009	0	0	2	765,50	765,50
2010	3	555	5	864,01	1419,01
2011	0	0	1	561,90	561,90

14. Informações sobre renúncia tributária

Não se aplica à UJ.

15. Informações sobre as providências exaradas dos Acórdãos do TCU

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					2834
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-013.012/2007-6	412/2010 – 1ª Câmara	1.5.1.2	DE	Ofício 246/2010 - TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia rodoviária Federal					2834
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2. realize levantamento, abrangendo o período de 2004 a 2006, a fim de identificar os servidores que, embora tenham recebido adicional de insalubridade no percentual de 20%, se expunham de forma apenas esporádica às condições associadas ao grau máximo de insalubridade, com vistas a obter o ressarcimento da diferença entre o valor pago (20%) e o valor devido (10%), atualizadas monetariamente, com fundamento nos arts. 46 e 47 da Lei n. 8.112/1990, adotando essa medida necessariamente para aquelas situações que, no "Laudo Técnico de Avaliação de Riscos Ambientais" de junho de 2006, foram caracterizadas na Ficha 2, ou, no caso da Ficha 1, quando o trabalho era executado no Núcleo de Comunicação Social - NUCOM, no Núcleo de Informática e Telecomunicações - NUTEL, na Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF ou no Núcleo de Inteligência – NUIINT;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Humanos					12184
Síntese da providência adotada:					
Ref. Item 1.5.1.2: Foi concluído o levantamento dos valores e notificados os servidores para efetuarem o ressarcimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Reitera-se a falta de efetivo como fator preponderante para a demora na elaboração das planilhas e identificações dos servidores.					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					2834
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-013.012/2007-6	412/2010 – 1ª Câmara	1.5.1.2	DE	Ofício 246/2010 - TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia rodoviária Federal					2834
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2. realize levantamento, abrangendo o período de 2004 a 2006, a fim de identificar os servidores que, embora tenham recebido adicional de insalubridade no percentual de 20%, se expunham de forma apenas esporádica às condições associadas ao grau máximo de insalubridade, com vistas a obter o ressarcimento da diferença entre o valor pago (20%) e o valor devido (10%), atualizadas monetariamente, com fundamento nos arts. 46 e 47 da Lei n. 8.112/1990, adotando essa medida necessariamente para aquelas situações que, no "Laudo Técnico de Avaliação de Riscos Ambientais" de junho de 2006, foram caracterizadas na Ficha 2, ou, no caso da Ficha 1, quando o trabalho era executado no Núcleo de Comunicação Social - NUCOM, no Núcleo de Informática e Telecomunicações - NUTEL, na Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF ou no Núcleo de Inteligência – NUIINT;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Humanos					12184
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Recurso interposto pelo SINPRF/RS (Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do RS) contestando a decisão para ressarcimento dos valores. Foi concedido efeito suspensivo da decisão e consultado o Órgão Central (DPRF).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Reitera-se a falta de efetivo para análise e prosseguimento do feito.					

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA nº 201109082	Constatação Nº 010	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Descrição da Recomendação:			
Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 010 – Nº Recomendação: 003 – que os gestores promovam o aperfeiçoamento dos controles internos afetos ao registro de informações no sistema SPIUnet, de modo a evitar ocorrências equivalentes às relatadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira			12282
Síntese da providência adotada:			
Designação de Comissão Regional com o fim de promover a atualização dos registros dos imóveis no SPIUnet; Foram criadas pastas específicas para cada imóvel; Atualização das informações referente a cada imóvel, a fim de se formar um cadastro individualizado dos bens.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atualização dos dados no Sistema SPIUNet e aperfeiçoamento do controle interno dos bens imóveis sob a responsabilidade da 9ª SPRF.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo gestor indicamos a carência de efetivo, que dificulta um melhor controle interno com relação às informações no sistema SPIUNet. No entanto, com a criação de uma Comissão Regional, com servidores designados especificamente para esse fim, será possível a atualização a cada 02 anos dos referidos dados.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA nº 201109082	Constatação Nº 011	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Descrição da Recomendação:			
Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 011 – Nº Recomendação: 002- que os gestores promovam o aperfeiçoamento dos controles internos afetos ao registro de informações no sistema SIASG, de modo a evitar ocorrências equivalentes às relatadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira			12282
Síntese da providência adotada:			
Consulta ao MPOG, gestor do sistema SIASG, buscando orientação quanto a forma correta de lançamento, conforme Ofício nº 6848/11; Definição da área responsável por tal operação; Mudança na instrução processual relativa ao lançamento, com a impressão da tela de valores, sendo juntada ao processo e repassada para visto do superior responsável. Os lançamentos de Contratos no SIASG passaram a ser encaminhados ao Chefe da Seção Administrativa e Financeira para conferência da conformidade dos registros.			
Síntese dos resultados obtidos			
Com base nas orientações emitidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício nº 07/DLSG-MP, está sendo efetivada a revisão de todos os valores contratuais lançados incorretamente no sistema SIASG, a qual se encontra em andamento. Com sua conclusão teremos o aperfeiçoamento do controle interno da 9ª SPRF com relação à segurança das informações inseridas no referido sistema.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo gestor indicamos o conflito de entendimento em relação à análise dos valores contratuais a serem lançados no sistema. O fator positivo que facilitou o aperfeiçoamento no uso do sistema foi a orientação emitida pelo MPOG.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA nº 201109082	Constatação Nº 12	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 012 – Nº Recomendação: 001- que a Unidade adote providências, conforme já se prontificou em sua manifestação, no sentido de regularizar a situação dos servidores que não entregaram cópia da declaração de bens e rendas relativo ao exercício 2010 (ano-calendário 2009) ou que não assinaram formulário autorizando acesso à declaração de ajuste anula do imposto de renda da pessoa física;</p> <p>Nº Recomendação: 002- que a Unidade implemente rotinas de controle interno com o objetivo de atender, no exercício subsequente, às obrigações previstas na Lei 8.730/93 c/c a IN -TCU nº 65/2011, mediante a entrega de autorização de acesso aos dados da Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil;</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Humanos			12184
Síntese da providência adotada:			
<p>Emissão de Memorandos aos Chefes dos servidores que não entregaram cópia da declaração de bens e rendas relativa ao exercício 2010 (Ano-calendário 2009), a fim de que regularizassem sua situação, com a entrega do referido documento ou com a assinatura do formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física.</p> <p>Adoção de novas rotinas de controle interno para o ano 2012, com o objetivo de atender as disposições da Lei nº 8.730/1993 c/c a IN TCU nº 65/2011, tais como: arquivamento específico dos termos e das declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações; definição de procedimentos específicos para os casos de servidores removidos de outras Unidades; readequação dos procedimentos conforme a IN TCU 65/2011, com a substituição gradativa dos termos antigos pelos novos, sempre que houver alteração da condição do servidor (cargo ou chefia).</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento integral das disposições contidas na Lei 8.730/93, estando todos os servidores da 9ª SRPRF em situação regular.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fator negativo que dificultou o integral cumprimento das normas supracitadas relacionava-se com os servidores removidos de outra unidades. Para tanto, passamos adotar novos procedimentos, analisando a situação desses servidores quando da chegada na regional, a fim de regularizar qualquer pendência existente em suas pastas funcionais.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RA nº 201109082	Constatação Nº 13	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 013 – Nº Recomendação: 001 – que a unidade reveja a composição atual da comissão instituída por meio da Portaria nº 160, de 20/06/2008, de forma que os servidores designados possam atuar efetivamente em ações voltadas ao cumprimento das obrigações previstas no Decreto nº 5.940/2006, ficando esta comissão responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira			12282
Síntese da providência adotada:			
<p>Designação de nova Comissão Regional, por meio da Portaria nº. 371 de 01/09/2011, com designação de servidores que acompanharam o cumprimento das disposições contidas no Decreto nº 5.940/2006; Revogação da Portaria anterior nº 160/2008; celebração de contrato de serviço de limpeza e conservação com cláusulas que preveem obrigações e responsabilidades sócio-ambientais para a contratada, especificamente com relação a destinação adequada dos resíduos recicláveis descartados, conforme estabelecido pelos itens 10.1.36 X e XI do Contrato nº 16/11 – processo nº 08.660.017904/2011-73.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Como fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo gestor indicamos a carência de efetivo, que dificulta um melhor controle interno com relação ao cumprimento do Decreto nº 5.940/2006. No entanto, com a criação de uma Comissão Regional, com servidores designados especificamente para esse fim, será possível sua execução.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RA nº 201109082	Constatação Nº 14	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 014 – Nº Recomendação: 001- que a Unidade revise os pagamentos de auxílio-alimentação efetuados ao servidor Matrícula SIAPE nº 1398263, buscando o ressarcimento das diferenças pagas a maior;</p> <p>Nº Recomendação: 002- que a Unidade gestione junto a CGRH/DPRF sobre as incorreções verificadas no cálculo dos descontos de auxílio-alimentação, principalmente em caso de aposentadoria de servidores, no intuito de encontrar uma solução para o problema.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Humanos			12184
Síntese da providência adotada:			
<p>Autuação do processo administrativo nº 08.660.009.294/2011-34, relativo ao servidor matrícula nº 1398263, e expedido o Ofício nº 4952/2001 para fins de recolhimento, a título de reposição ao erário, o qual ainda encontra-se em tramite. Quanto aos servidores aposentados, instaurou-se o processo nº 08.660.007.244/2011-12, tendo sido efetivada o integral ressarcimento ao erário.</p> <p>Formulada consulta à CGRH/DPRF sobre as incorreções verificadas no cálculo dos descontos de auxílio-alimentação, conforme processo nº 08.660.007.244/2011-12.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior; Definição de procedimentos pela CGRH/DPRF quanto ao cálculo dos descontos de auxílio-alimentação, principalmente em caso de aposentadoria de servidores, os quais vem sendo observados pela SRH.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Como fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo gestor indicamos o conflito de entendimento em relação à forma do cálculo para desconto do auxílio-alimentação. O fator positivo que facilitou o aperfeiçoamento no uso do sistema foi a orientação emitida pelo CGRH/DPRF.</p>			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			2834
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA nº 201109082	Constatação nº 10	Ofício nº 2567/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
<p>Nº 0S: 201109082 – Nº Constatação: 010 – Nº Recomendação: 001 – que os gestores promovam as atualizações dos registros dos imóveis no SPIUNet, em particular no que tange às avaliações dos mesmos, de forma a atender o subitem 3.1.3.6 da Macrofunção SIAFI nº 021107 e o subitem 4.6.2 da Orientação Normativa/GEADE/SPU/MP nº 004/2003; Nº Recomendação: 002 – que os gestores realizem o registro dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros sob sua responsabilidade no sistema SPIUNet, de modo a atender as disposições constantes no Manual do SPIUNet.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira			12282
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Justificativa para o não cumprimento é a carência de efetivo, que dificulta um melhor controle interno com relação às informações contidas no SPIUNet sobre Bens de Uso Especial da União, sob a responsabilidade desta Unidade. No entanto, com a criação de uma Comissão Regional, com servidores designados especificamente para esse fim, será possível a avaliação e atualização das informações dos bens da 9ª SPRF/RS, a cada 02 (dois) anos, bem como dos imóveis de uso especial locados de terceiros sob sua responsabilidade no sistema SPIUNet.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Como fator negativo que prejudicou a adoção das providências pelo gestor indicamos a carência de efetivo, que dificulta um melhor controle interno com relação ao cumprimento do subitem 3.1.3.6 da Macrofunção SIAFI nº 021107 e o subitem 4.6.2 da Orientação Normativa/GEADE/SPU/MP nº 004/2003. Quanto ao imóvel locado alguns procedimentos dependem do proprietário, fato que também dificulta a atualização dos seus dados junto ao SPIUNet. No entanto, com a criação de uma Comissão Regional, com servidores designados especificamente para esse fim, será possível sua plena execução.</p>			

16. Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no Exercício

Não se aplica à realidade da Unidade Jurisdicionada.

ANEXOS
(CONFORME PORT. 123/2011-TCU)

ANEXO I

Quadro A2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2012
14	243	0073	8787	A	*	Unidade	A meta física prevista atualmente é restrita à unidade central	-	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
05	811	0181	20CI	A	*	% implantação	A meta física prevista atualmente é restrita à unidade central	-	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	181	0663	2B11	A	4	Unidade	A meta física prevista atualmente é restrita à unidade central	-	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	128	0663	2524	A	4	Unidade	A meta	-	A meta

							física prevista atualmente e é restrita à unidade central		física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	181	0663	2723	A	3	Unidade	740.316	829.667	*
06	183	0663	2816	A	4	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	-	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	181	0663	4290	A	4	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	-	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	452	0663	8692	A	4	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	122	0750	2000	A	*	*	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à

									unidade central
06	181	1127	12OM	P	*	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
06	181	1386	8698	A	4	% de manutenção	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
12	362	1449	4017	A	*	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central
26	125	1463	2346	A	*	Unidade	A meta física prevista atualmente e é restrita à unidade central	*	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é restrita à unidade central

* Informações não localizadas

Fonte: DPRF, SIAFI e Seção Administrativa e Financeira.

ANEXO II

QUADRO A2.7 -Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	9.938,87	0,00	5.842.285,35
		200109	30107 09 272 0089 0181	63.264,84	0,00	0,00
		200109	26290 12 362 1449 4017		0,00	4.072,00
		200109	30101 06 181 1453 8855	0,00	0,00	240.000,00
		200109	30101 06 422 1453 20CI	0,00	0,00	76.746,17
		200109	30101 06 422 1453 8787	0,00	0,00	34.617,77
		200109	30107 06 128 0663 2524	0,00	0,00	298.728,44
		200109	30107 06 181 0663 2B11	0,00	0,00	32.001,00
		200109	30107 06 181 0663 2723	0,00	0,00	5.032.116,51
		200109	30107 06 181 0663 4290	0,00	0,00	28.668,58
		200109	30107 06 452 0663 8692	0,00	0,00	24.728,13
		200109	30107 06 181 1386 8698	0,00	0,00	575.391,60
		200109	30107 06 183 0663 2816	0,00	0,00	159.435,57
200109	39250 26 125 1463 2346	0,00	0,00	145.820,82		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	30101 06 181 1453 8855	240.000,00	0,00	0,00
		200109	30000 06 422 1453 2723	170.507,80	0,00	0,00
		200109	30000 06 422 1127 12OM	45.376,00	0,00	0,00
		200109	30107 06 122 0750 2000	482.799,96	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 0663 4290	14.309,92	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 1386 8698	438.879,93	0,00	0,00
200109	30107 06 183 0663 2816	199.276,23	0,00	0,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

O crédito orçamentário recebido pela UJ foi executado de acordo com o planejamento da UO e, a fim de atender às necessidades da UJ. O seu detalhamento está discriminado no item 2.3.2 deste Relatório.

ANEXO III

Quadro A2.11 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	8.857.696,98	7.255.570,51	6.775.088,03	7.120.858,43
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.203.491,35	661.1543,12	5.480.822,33	6.476.831,04
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	2.654.205,63	644.027,39	1.294.265,70	644.027,39
Contratações Diretas	1.250.068,85	1.599.142,77	1.177.436,84	1.599.142,77
Dispensa	486.954,35	631.483,41	472.687,60	631.483,41
Inexigibilidade	763.114,50	967.659,36	704.749,24	967.659,36
Regime de Execução Especial	1.409,01	561,90	1.409,01	561,90
Suprimento de Fundos	1.409,01	561,90	1.409,01	561,90
Pagamento de Pessoal	2.052.363,94	1.526.921,74	2.052.363,94	1.526.921,74
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	2.052.363,94	1.526.921,74	2.052.363,94	1.526.921,74
Outras	392.146,10	282.761,31	353.902,72	282.761,31

Fonte: SIAFI

ANEXO IV

QUADRO A2.12 – Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	9.865.159,60	12.250.149,04	9.307.293,28	10.504.156,99	557.866,32	1.745.992,05	9.134.989,39	10.369.444,91
1º elemento de despesa (30 – Mat. Consumo)	2.867.489,49	4.086.783,78	2.597.572,58	2.989.795,64	269.736,91	1.096.988,14	2.425.448,69	2.989.795,64
2º elemento de despesa (30 – Material de Consumo)	2.406.570,59	3.151.623,74	2.399.671,08	3.072.856,14	6.899,51	78.767,60	2.399.671,08	2.938.144,06
3º elemento de despesa	1.873.030,00	2.023.023,45	1.730.353,36	1.775.225,00	142.676,64	247.798,45	1.730.353,36	1.775.225,00
Demais elementos do grupo	4.461.468,22	2.988.718,07	4.216.751,27	2.666.280,21	244.716,95	322.437,86	4.216.751,27	2.666.280,21

Fonte: SIAFI

ANEXO V

Quadro A2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa 449052	2.688.535,98	902.252,60	1.225.221,85	160.801,24	1.463.314,13	741.451,36	1.225.221,85	160.801,24
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa 459061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

ANEXO VI

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	12
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	6
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
3.6. Por decisão judicial	2
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	26
4.1. Doença em pessoa da família	24
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	43

Fonte: SIAPE.

ANEXO VII

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificação	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-								-	
	2010									-	
	2009									-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	72.550.698,01	23.046,03	6.397.586,71	2.262.856,39	13.051,75	1.375.541,45	2.458.986,37		55.913,27	85.137.680,4
	2010	71.452.592,48	11.413,61	9.124.120,32	2.749.980,47	9.133,20	761.913,19	286.294,16	S/Informação	S/Informação	84.395.447,5
	2009	64.677.274,31	12.128,61	9.093.501,35	5.685.747,39	8.188,59	423.063,02	1.949.402,00	S/Informação	S/Informação	81.849.306,4
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	332.301,08		20.781,17	10.441,76		5.713,00	9.728,00		44,55	636.600,5
	2010	216.585,00		29.441,21	3.312,95		1.786,00	6.465,85	S/Informação	S/Informação	516.018,0
	2009	188.725,60		58.643,00	8.350,15		-	2.708,32	S/Informação	S/Informação	258.427,0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		36.109,06	2.357,87	1.886,29			2.749,81			43.103,0
	2010	57.911,84	2.425,23	8.084,12	2.694,70			4.094,01	S/Informação	S/Informação	75.209,9
	2009	44.260,20	42.062,87	8.821,75	7.518,13		5.517,70	3.245,05	S/Informação	S/Informação	111.425,7
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	4.674.740,31	56.668,58	538.940,79	147.709,21	370,00	112.145,08	154.432,00		4.786,64	5.689.793,3
	2010	4.670.795,33	150.421,06	354.660,89	174.487,99	345,25	24.278,77	184.928,90	S/Informação	S/Informação	5.559.918,5
	2009	4.248.209,34	154.384,01	745.586,33	320.034,99	1.150,43	12.825,45	124.695,77	S/Informação	S/Informação	5.606.886,3

Fonte: Relatório CGRH

ANEXO VIII

Quadro A 5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do RS / DPRF/MJ													
UG/Gestão: 200119						CNPJ: 00.394.494/0114-13							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	02/2009	08.997.468/0001-04	20/01/09	Vigente	2	1	4	2	-	-	P
2010	1	O	01/2010	06.339.572/0001-86	09/02/10	Vigente	2	2	1	1	-	-	P
2010	1	O	02/2010	09.310.539/0001-11	09/02/10	Vigente	2	2	15	11	-	-	P
2010	1	O	03/2010	72.173.164/0001-21	09/02/10	Vigente	-	-	2	2	-	-	P
2010	1	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/04/10	Vigente	-	-	8	7	-	-	P
2010	1	O	08/2010	06.888.220/0001-80	01/04/10	Vigente	-	-	6	6	-	-	P
2010	1	O	09/2010	06.339.572/0001-86	01/04/10	Vigente	-	-	41	40	-	-	P
Observação:													
<p>As medidas adotadas pelo DPRF, com vistas a cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogação dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados perpassa por alguns encaminhamentos, conforme segue:</p> <p>Através do Ministério foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta para que fossem realizadas gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão.</p> <p>Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.</p> <p>Inobstante, o DPRF tem envidados esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.</p> <p>O DPRF solicitou ao Ministério da Justiça, através do Ofício nº 162/2008-DG/DPRF, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para que seja fixado em 3.411 (três mil quatrocentos e onze) o quantitativo de cargos no quadro funcional do Plano Especial de Cargos do DPRF, bem como autorizar a realização de concurso público para provimento de 2.665 (dois mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas no respectivo cargo, visando a substituição da mão de obra terceirizada.</p>													
LEGENDA													
Área:													
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 													

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira e Divisão de Administração e Serviços-Gerais (DISEG/CGA)

ANEXO IX

Quadro A9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão				X	

diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: Para o preenchimento das informações. foram reunidos os servidores das áreas representativas, adotando a metodologia indicada na Portaria 277/2010 do TCU.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO X

Quadro A10.1- Aspectos sobre a gestão ambiental-continuação	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4.	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Veículos bicombustíveis.	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

Quadro A10.1- Aspectos sobre a gestão ambiental-continuação	Avaliação			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e orientações verbais.	X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X			
<p>Considerações Gerais: A análise foi realizada por grupo de servidores pertencentes às seguintes unidades: Seção de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira e Gabinete do Superintendente.</p> <p>Cumprе ressaltar que, no dia 11/07/2011, um grupo de cinco servidores desta Unidade, participou do Seminário “Contratações Públicas Sustentáveis”, organizado pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre e pela Escola da Advocacia Geral da União. Os temas do referido Seminário foram os seguintes: Constitucionalidade da inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas; Evolução legislativa das contratações sustentáveis; e O poder de compra do Governo Federal, O novo paradigma das Contratações Públicas - A Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG.</p>				
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

ANEXO XI

Quadro A11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Rio Grande do Sul	43	43
	Município : 1016 - TABAI	1	1
	Município : 7333 - TERRA DE AREIA	1	1
	Município : 7375 - PANTANO GRANDE	1	1
	Município : 8423 - ELDORADO DO SUL	2	2
	Município : 8507 - ALEGRETE	1	1
	Município : 8525 - ARROIO GRANDE	1	1
	Município : 8531 - BAGE	1	1
	Município : 8555 - CACAPAVA DO SUL	1	1
	Município : 8569 - CAMAQUA	1	1
	Município : 8591 - CARAZINHO	1	1
	Município : 8599 - CAXIAS DO SUL	1	1
	Município : 8619 - CRUZ ALTA	1	1
	Município : 8629 - DOM PEDRITO	1	1
	Município : 8637 - ERECHIM	1	1
	Município : 8683 - GRAVATAI	1	1
	Município : 8705 - IJUI	1	1
	Município : 8727 - LAGOA VERMELHA	1	1
	Município : 8729 - LAJEADO	1	1
	Município : 8749 - MONTENEGRO	1	1
	Município : 8767 - NOVA PETROPOLIS	1	1
	Município : 8773 - OSORIO	1	1
	Município : 8785 - PASSO FUNDO	1	1
	Município : 8791 - PELOTAS	1	1
	Município : 8793 - PINHEIRO MACHADO	1	1
	Município : 8801 - PORTO ALEGRE	1	1
	Município : 8815 - RIO GRANDE	1	1
	Município : 8831 - ROSARIO DO SUL	1	1
	Município : 8841 - SANTA MARIA	1	1
	Município : 8845 - SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
	Município : 8849 - SANTA VITORIA DO PALMAR	1	1
Município : 8851 - SANTIAGO	1	1	

Município : 8855 - SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	1
Município : 8863 - SAO BORJA	1	1
Município : 8869 - SAO GABRIEL	1	1
Município : 8877 - SAO LEOPOLDO	1	1
Município : 8883 - SAO MARCOS	1	1
Município : 8903 - SARANDI	1	1
Município : 8905 - SEBERI	1	1
Município : 8919 - SOLEDADE	1	1
Município : 8933 - TORRES	1	1
Município : 8951 - URUGUAIANA	1	1
Município : 8953 - VACARIA	1	1
Subtotal Brasil	43	43
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	43	43

Fonte: Sistema SPIUNet

ANEXO XII

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200119	1016.00001.500-0	4	4	337.168,48	13/12/04		0,00	0,00
200119	7333.00004.500-8	4	4	30.942,51	17/12/04		0,00	0,00
200119	7375.00002.500-2	4	4	30.233,41	22/12/04		0,00	0,00
200119	8423.00005.500-8	4	4	156.802,53	01/12/04		0,00	0,00
200119	8423.00006.500-3	4	4	81.987,71	01/12/04		0,00	0,00
200119	8507.00044.500-5	4	4	131.895,75	27/09/04		0,00	0,00
200119	8525.00006.500-6	4	4	242.174,18	22/09/04		0,00	0,00
200119	8531.00089.500-3	4	4	153.310,20	21/12/04		0,00	0,00
200119	8555.00007.500-3	4	4	60.316,43	27/09/04		0,00	379,20
200119	8569.00007.500-3	4	4	121.049,52	22/12/04		0,00	0,00
200119	8591.00007.500-0	4	4	136.544,18	28/10/04		0,00	0,00
200119	8599.00041.500-0	4	4	64.353,14	14/12/04		0,00	0,00
200119	8619.00023.500-0	4	4	72.838,80	26/10/04		0	0,00
200119	8629.00021.500-7	4	4	88.866,64	21/12/04		0,00	0,00
200119	8637.00012.500-9	4	4	66.917,00	28/10/04		0,00	0,00
200119	8683.00007.500-5	4	4	227.129,38	22/12/04		0,00	0,00
200119	8705.00031.500-0	4	4	152.998,50	28/09/04		0,00	0,00
200119	8727.00008.500-6	4	4	137.824,52	14/12/04		0,00	0,00
200119	8729.00004.500-0	4	4	250.183,29	13/12/04		0,00	0,00
200119	8749.00004.500-5	4	4	41.979,57	22/12/04		0,00	0,00
200119	8767.00010.500-6	4	4	218.815,02	14/12/04		0,00	0,00
200119	8773.00020.500-5	4	4	339923,91	17/12/04		0,00	0,00
200119	8785.00032.500-4	4	4	142.682,14	28/10/04		0,00	0,00
200119	8791.00083.500-7	4	4	445.959,31	22/09/04		0,00	0,00
200119	8793.00002.500-1	4	4	11.389,70	22/09/04		0,00	0,00
200119	8801.00384.500-4	4	4	381.030,80	24/07/06		700,00	0,00
200119	8815.00102.500-0	4	4	19.947,88	22/09/04		0,00	0,00
200119	8831.00027.500-4	4	4	92.828,25	21/12/04		0,00	0,00

200119	8841.00267.500-7	4	4	177.628,90	17/12/04		0	0,00
200119	8845.00041.500-0	4	4	93.138,13	21/12/04		0,00	0,00
200119	8849.00027.500-7	4	4	82.483,70	22/09/04		0,00	125,50
200119	8851.00074.500-5	4	4	35.748,62	21/12/04		0,00	0,00
200119	8855.00005.500-1	4	4	59.489,24	22/12/04		0,00	0,00
200119	8863.00037.500-7	4	4	130.958,55	21/12/04		0,00	0,00
200119	8869.00027.500-1	4	4	66.113,61	27/09/04		0,00	0,00
200119	8877.00045.500-0	4	4	368.109,79	22/12/04		0	0,00
200119	8883.00002.500-0	4	4	109.802,52	15/12/04		0,00	0,00
200119	8903.00005.500-5	4	4	38.293,45	28/10/04		0,00	0,00
200119	8905.00002.500-5	4	4	65.460,85	28/10/04		0,00	0,00
200119	8919.00004.500-6	4	4	208.115,50	13/12/04		0,00	0,00
200119	8933.00030.500-3	4	4	151.790,85	17/12/04		0,00	0,00
200119	8951.00054.500-2	4	4	83.739,30	27/09/04		0,00	0,00
200119	8953.00020.500-3	4	4	449.443,54	13/12/04		0,00	0,00
200119*	-	4	4	5312000	2010		9664,91	4097,92
Total							9664,91	11102,62

Fonte: SIAFI. Valores referentes a empenhos liquidados em 2011. *Avaliação do imóvel de acordo com laudo 7136.7136.127645/2010.01.01.01 da Caixa Econômica Federal constante no processo nº08.660.000.901/2010-10.

B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RS		200119	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SEMJ
Coordenador